

"(...) a Ordem tem ainda um importante papel a cumprir, até a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, com todos os pressupostos que a legitimam, a partir da revogação do entulho legislativo ainda vigente."

Fernando Coelho,  
ao assumir a presidência  
da OAB/PE.

DRA ANA ELIZABETH M NEVES  
AV ROSA E SILVA 1144 APTD/804  
AFLITOS RECIFE PE 50000

PORTE PAGO

Autorização  
Nº 183  
AGÊNCIA CENTRAL  
ECT/DRT/PE

ANO XIV — Nº 2 — ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — RECIFE — PERNAMBUCO — FEVEREIRO/85

## Assume o novo Conselho Seccional

Em ritmo de Nova República, a solenidade de posse do novo Conselho Seccional da OAB foi marcado pela expectativa de redemocratização e de mudanças que domina toda a sociedade brasileira. Veja nas páginas 4, 5, 6, 7 e 8 a nova formação do Conselho, sua Diretoria e Comissões, além dos discursos de Hélio Mariano e do novo presidente da OAB, Fernando Coelho.



Homenagem a Demócrito, no auditório da Seccional.

## Demócrito é lembrado: 40 anos de sua morte

Uma vasta programação que incluiu ciclos de debates e palestras, nos salões da Faculdade de Direito e no auditório da Ordem, marcaram as comemorações do 40º aniversário da morte de Demócrito de Souza Filho, no Recife. A promoção foi desta Seccional e reuniu, durante três dias, um número expressivo de advogados, estudantes de direito e jornalistas, que reverenciaram a memória do estudante pernambucano assassinado pela ditadura do Estado Novo e o seu papel na luta pela redemocratização do país. (Pág. 3)



Os candidatos Herman Assis Baeta e Francisco Costa Neto debatem suas metas, mediados pelo presidente Fernando Coelho

## Debate reúne candidatos ao Conselho Federal

Às vésperas da eleição para o Conselho Federal da OAB, a Seccional promoveu um importante debate, em seu auditório, reunindo os dois candidatos à presidência do órgão, advogado Herman Assis Baeta, atual vice-presidente, e Francisco Costa Neto, que exerce, no momento, a função de Secretário Geral. A Seccional pernambucana da OAB, em sessão ordinária, realizada no último dia 28, decidiu emprestar seu apoio ao candidato Francisco Costa Neto, em cuja chapa consta o nome do conselheiro e membro nato da OAB/PE, Dorany Sampaio, candidato à vice-presidência. (Pág. 3)

JORNAL DO ADVOGADO  
**OAB**

ANO XIV - Nº 2  
FEVEREIRO/85

#### DIRETORIA

Fernando de Vasconcelos Coelho  
Presidente  
Paulo Marcelo Wanderley Raposo  
Vice-presidente  
Jóris Valença Cavalcanti  
1º Secretário  
Maria Rollemberg Barreto Freire  
2º Secretário  
Jorge da Costa Pinto Neves  
Tesoureiro

#### Conselheiros

Aurélio Agostinho da Boavagem  
Carlos Eduardo Vasconcelos  
Eduardo Sérgio de Almeida  
Everaldo Gaspar Lopes de Andrade  
Everardo da Cunha Luna  
Inah Lins de Albuquerque Coimbra  
João Pinheiro Lins  
Joaquim Bezerra de Medeiros  
José Henrique Wanderley Filho  
José Paulo Cavalcanti Filho  
Luiz Romeu Cavalcanti da Fonte  
Mickel Sava Nicoloff  
Niete Correia Lima  
Nilton Wanderley de Siqueira  
Olimpio Costa Júnior  
Romualdo Marques Costa  
Urbano Vitalino de Melo Filho  
Vaudrilo Leal Guerra Curado  
Vera Regina de C. B. Della Santa

#### Membros natos

José Cavalcanti Neves  
Carlos Martins Moreira  
Joaquim Correia de C. Júnior  
Ottávio de Oliveira Lobo  
Dorany de Sá Barreto Sampaio  
Hélio Mariano  
Delegados do Conselho Federal  
Corintho de Arruda Falcão  
Silvio Curado  
Dorany de Sá Barreto Sampaio

#### COMISSÕES

##### Comissão de Seleção e Prerrogativas

Presidente  
Niete Correia Lima  
Vaudrilo Leal Guerra Curado  
Olimpio Costa Júnior

##### 1ª Comissão de Ética e Disciplina

Aurélio Agostinho da Boavagem  
(Presidente)

Vera Regina de C. B. Della Santa

Eduardo Sérgio de Almeida

##### 2ª Comissão de Ética e Disciplina

Mickel Sava Nicoloff  
(Presidente)

Inah Lins de Albuquerque Coimbra

Everaldo Gaspar Lopes de Andrade

##### Comissão de Defesa e Assistência

Presidente

Nilton Wanderley de Siqueira

Joaquim Bezerra de Medeiros

Carlos Eduardo Vasconcelos

Comissão de Exercício Ilegal

João Pinheiro Lins  
(Presidente)

Urbano Vitalino de Melo Filho

José Paulo Cavalcanti Filho

#### Editores

Olíviano Silveira  
Jodeval Duarte

#### Programação Visual

Josias Florêncio  
(Quarentinha)

#### Arte Final

Isnelo Nogueira Xavier

Diagramação, composição  
arte-final, fotolitos, impressão

**COMUNICARTE**  
Produção Jornalística

#### Circulação

A tiragem do Jornal dos Advogados OAB é de 7 mil exemplares e a distribuição abrange todos os advogados inscritos na Ordem. O envio é feito para os endereços profissionais ou residência do destinatário. Se você não o está recebendo, compareça à sede da OAB para atualizar o seu endereço.

## O advogado e a ética profissional

Gilvandro Coelho

A consciência clara de que o advogado é, no conceito lapidar de Rui Barbosa, "a fonte de onde fluem o direito, a esperança na justiça e a liberdade na lei", vem acentuando, em nossos dias atribulados, três preocupações básicas. Geradoras de perplexidades, não atingem apenas os que se dedicam à advocacia, embora a eles se dirijam com maior ênfase por motivo da permanente mobilização destes contra as injustiças, em qualquer das suas formas.

A primeira dessas inquietações é de ordem geral. Diz respeito ao conteúdo ético das profissões. A segunda, pertence à independência do profissional, no caso, o advogado. E a terceira, concerne à autonomia do órgão de seleção, disciplina e defesa da categoria: a Ordem dos Advogados do Brasil.

Será a profissão — qualquer que seja ela — simples instrumento criado para permitir a quem a exerce legalmente a oportunidade para ganhar dinheiro? Deve o profissional satisfazer os interesses do cliente sem indagar da legitimidade dos mesmos e a despeito da sua consciência? São perguntas que, nesta época permissiva, angustiam a muitos e demandam respostas claras.

Algumas causas identificadas contribuem decisivamente para respostas afirmativas a essas questões. No campo jurídico, a confusão deliberada entre a lei, norma formal elaborada pelo Estado e o direito. De tal sorte que, toda lei deve ser obedecida, seja qual for o seu conteúdo. Por ser lei dita norma passa a ser material e formalmente jurídica. Convém assinalar também o desprezo dos preceitos morais, relegados a um plano secundário, na família, na sociedade e escolas. Para muitos, que se dizem pragmáticos, o importante é ganhar. O feio é perder. Os fins sempre justificam os meios, conforme repetia Maquiavel.

O certo é que, durante muitos anos, a ética profissional foi descurada. Não constituía disciplina obrigatória nas escolas e universidades. Quando ensinada, tinha carga inferior às demais matérias ou era considerada de interesse secundário, desestimulando mestres e alunos. Assim, o advogado, que cuida das doenças sociais, sem a ética passou a ser visto por alguns como charlatão, negociante e até como integrante que fomenta pleitos para tirar partido da confusão, recebendo polpudos honorários. Para essas pessoas, a retórica do caudico não tem sinceridade, a astúcia torce o espírito da lei e defrauda a justiça. A sua fluência verbal é balofa, não tem apoio na verdade dos fatos.

Claro que este não é o perfil do verdadeiro advogado. Soldado da justiça, ele se encontra

permanentemente mobilizado contra as injustiças, em qualquer das formas citadas por Miguel Seabra Fagundes: "a do arbítrio, a da violência, a da demasia no punir, a da iniquidade na repartição da riqueza, a dos privilégios, a das submissões pelo medo, a dos agravos do poderoso sobre o humilde, a da transigência acomodaticia com o crime, a da incompreensão pela sociedade para aqueles a quem ela própria não abriu senão as portas do desespero".

Integrado com a realidade, o advogado se expõe, mais do que qualquer outro profissional, ao calor das refregas e ao risco de ser ferido nas batalhas da vida. Daí ser o mais alvejado. Ele não pode transigir com o crime, afastar-se dos problemas ou se esconder nas dificuldades. Precisa estar na vanguarda, por temperamento e por habilitação profissional.

Pertinente é, assim, o ensinamento lúcido do prof. Caio Mário da Silva Pereira: "Sem nunca desmerecer o cientista neste mundo dos computadores, da cibernética e do desenvolvimento, cumpre todavia lembrar que a todo momento as deformações de conceitos, os desvios de perspectiva, o desconhecimento dos direitos elementares, o desprezo pela dignidade humana exigem a assídua e obstinada atuação do advogado. Enquanto o técnico vive a vida técnica do seu tecnicismo, o advogado está em constante integração com a problemática social. Ele a compreende. Ele a sente. Ele a sofre. Está em condições de opinar e de esclarecer. E quando o eclipse obscurecer as liberdades fundamentais, ele, não outro, é habilitado a manipular o instrumento restaurador".

Não é sem razão, portanto, que o problema ético sempre esteve presente entre os verdadeiros advogados. Assim, na estrutura dos Conselhos da OAB há Comissões de Ética e Disciplina e, ainda, na maioria, um Tribunal de Ética. Na gestão do presidente Hélio Mariano, havia duas Comissões de Ética e Disciplina. A primeira, presidida por Aurélio Agostinho da Boavagem. A segunda, por Carlos Eduardo Vasconcelos. O Tribunal de Ética era composto pelos conselheiros Bernardete Pedrosa (presidente), Dário Pinheiro (secretário), Rodolfo Araújo, Paulo Cavalcanti e pelo autor desta crônica.

Iluminada pela ética profissional, a advocacia não é um jogo de palavras ou de interesses. É, na feliz expressão do prof. Ruy de Azevedo Sodré, "O encontro de uma confiança com uma consciência. (...) Confiança do cliente no seu advogado, sem a qual este não pode atuar e consciência do advogado, pautada pelas normas éticas a que está vinculado. Confiança e consciência que só podem existir quando alicerçadas nas normas morais a que deve estar vinculado o advogado".





Eventos na Faculdade de Direito e na Ordem marcaram homenagem a Demócrito

## Advogados reverenciam memória de Demócrito

\*As comemorações do 40º aniversário de morte de Demócrito de Souza Filho foram marcadas, este ano, por um ciclo de debates promovidos pela Seccional Pernambucana da OAB, juntamente com o Instituto dos Advogados de Pernambuco e Faculdade de Direito do Recife. A programação, realizada nos salões da Faculdade de Direito, nos dias 27 e 28 de fevereiro, e 1º de março, contou com a presença de um grande público, entre advogados, estudantes e jornalistas, que reverenciaram a memória do estudante pernambucano morto a 3 de março de 45 quando participava de uma passeata de protesto contra a ditadura do Estado Novo.

Abriando o ciclo de debates, o presidente Fernando Coelho traçou um paralelo entre a campanha de redemocratização de 45 e o atual momento político, afirmando que, àquela época, a queda do Estado Novo significava uma abertura de espaço para uma proposta liberal democrática, traduzida na Constituição de 46, que, apesar de marcar o reencontro com os caminhos de 34, interrompidos com o golpe de Estado desfechado por Getúlio Vargas, não conseguiu impedir a desestabilização do regime em 1964. "A retomada do processo democrático hoje — destacou Fernando

Coelho — terá de revestir-se de outras características, para que não venham a ter a breve duração da abertura em favor da qual Demócrito deu a vida. Ou se concretizarem as mudanças políticas, econômicas e sociais prometidas em campanha, através de reformas estruturais que modifiquem as condições adversas em que vive a maioria dos brasileiros ou a simples substituição de alguns nomes nos escalões superiores da administração, da mesma forma que gerou alguma esperança, pode conduzir, com maior rapidez, ao desespero."

Fernando Coelho lembrou, ainda, que a data do assassinato de Demócrito de Souza Filho também pertence à OAB, em função da luta desenvolvida pela entidade nos últimos 20 anos, quando a repressão e o obscurantismo deixaram para trás um sem número de vítimas. Entre estas, Fernando Coelho destacou as figuras de dona Lyda Monteiro da Silva, secretária do Conselho Federal da OAB, assassinada pelo terror em atentado até hoje não esclarecido, e do procurador Pedro Jorge de Mello e Silva, cuja morte, coincidentemente, aconteceu no dia 3 de março de 1982. E, por fim, defendeu a convocação de uma Assembleia Nacional Cons-

tituinte, verdadeiramente representativa, pressuposto básico para que o país retome o seu poder de decisão e organização, sonhado pelo regime que ora se encerra.

O segundo dia de debates, aberto pelo diretor da Casa de Tobias Barreto, professor Sílvio Loreto, que leu nota oficial da congregação daquela instituição de ensino, divulgada no dia da morte de Demócrito, teve como conferencistas os advogados Antonio de Brito Alves e Marcos de Sá Pereira Freire.

Marcos de Sá Pereira Freire traçou um perfil do antigo companheiro de turma, enfatizando: "Demócrito sempre lutou pelos seus ideais, apesar das prisões de que foi vítima e dos inúmeros depoimentos que foi obrigado a prestar à polícia. Nunca se intimidou, recuou ou se dobrou. Estava sempre ao lado da Justiça, da verdade e da democracia". Já Antonio de Brito Alves comentou aspectos da campanha de redemocratização do País, iniciada, em Pernambuco, pela Faculdade de Direito, onde, em 1944, uma eleição para o Diretório Acadêmico seria um verdadeiro emblema dos acontecimentos de 3 de março de 45. Na disputa, onde fora derrotada a facção apoiada pela

ditadura, aconteceria sérios choques entre a polícia política e os estudantes.

Encerrando a programação, os advogados Odilon Ribeiro Coutinho e Salviano Machado abordaram o clima reinante durante o Estado Novo. "Era um mundo, o daqueles começos da década de 40, envolto em sombra. Os ventos da guerra pareciam soprar à feição do tenebroso vencedor do dia: o nazi-fascismo avassalava a Europa, projetando sobre o Brasil a bala da sua crueldade (...). O Estado Novo de Vargas era uma grotesca macaqueação da Alemanha nazista e o nosso ditador um Hitler nanico", asseverou Odilon Ribeiro Coutinho. Sobre o momento da morte de Demócrito de Souza Filho, Salviano Machado lembrou: "A Polícia do interventor Etelvino Lins havia garantido a realização do comício. A passeata, que se deslocava da Faculdade de Direito para a Praça do Diário, no entanto, seguia em clima tenso, sendo interrompida por provocadores a sua caminhada. Na sacada do Diário de Pernambuco, a voz de Gilberto Freyre foi interrompida por uma rajada de balas. Demócrito caía ferido, assim como o carvoeiro Manoel Elias".

## Novos convênios médicos

São os seguintes os novos convênios firmados pela OAB/PE, na área médica, cujos serviços já estão à disposição de todos os seus filiados:

Pedro Tomás de Aquino — Urologia  
Av. Montevideo, 80 — Fone: 221-2837  
Laboratório de Análises Clínicas do Nordeste Ltda.  
Av. João de Barros, 1466  
Carlos Vital Tavares Correia Lima  
Rua Amélia, 638 — Fone: 221.5466

## OAB reconduz representantes no Conselho Federal

Durante sessão ordinária, ocorrida no último dia 28, o Conselho Seccional Pernambuco da OAB decidiu pela recondução dos seus atuais representantes junto ao Conselho Federal da Ordem.

Na mesma reunião, a OAB/

PE emprestou seu apoio à candidatura do Dr. Francisco Costa Neto à Presidência do Conselho Federal, cujo pleito será realizado em breve. Na chapa encabeçada pelo ilustre advogado, Pernambuco está presente, representado pelo conselheiro e membro nato desta Sec-

cional, Dorany Sampaio, candidato à vice-presidência.

Francisco Costa Neto, que exerce, atualmente, a função de Secretário Geral daquele órgão máximo, disputará a Presidência com o atual vice-presidente, Herman Assis Baeta. Recentemente, ambos os can-

didatos estiveram nesta Seccional, expondo e debatendo suas metas e programas para o Conselho Federal, na próxima gestão, numa iniciativa que serviu também para um maior embasamento do apoio dado por Pernambuco a uma das cha-

# SECCIONAL TEM NOVO

A cerimônia de posse do novo Conselho Seccional da OAB/PE, na manhã do dia primeiro de fevereiro, traduziu fielmente o clima de harmonia e tranqüilidade que marcou as últimas eleições, que deram a vitória à chapa encabeçada por Fernando Coelho. A esperança de mudanças e redemocratização que atinge toda a sociedade brasileira estava estampada em todos os momentos da solenidade.

Além da posse do Conselho, foi eleita a nova Diretoria, bem como as Comissões, que, durante o biênio 1985/1986, dirigirão os destinos da entidade, em uma das reuniões mais concorridas dos últimos tempos. No mesmo dia, à tarde, aconteceu a transmissão do cargo de presidente do Conselho.

Nas páginas seguintes, os discursos de Hélio Mariano e do novo Presidente, Fernando Coelho.

## A DIRETORIA



Fernando Coelho



Paulo Marcelo

## OS CONSELHEIROS



Aurélio Boaviagem



Carlos Eduardo



Eduardo de Almeida



Everaldo Andrade



Everardo Luna



José Henrique Wanderley



J. Paulo Cavalcanti



Romeu da Fonte



Mickel Sava



Niete Correia Lima



Urbano Vitalino



Vaudrilo Curado



Vera Dela Santa

## MEMBROS NATOS



José Cavalcanti Neves



Carlos Martins Mo

# S DIRIGENTES



Jório Valença



Maria Rollemberg



Jorge Neves



Inah Coimbra



João Pinheiro Lins



Joaquim Medeiros



Nilton Siqueira



Olímpio Costa Jr.



Romualdo Marques

## Nova diretoria e comissões

Eleitas para o biênio 1985/1986, assim ficaram constituídas a Diretoria e as Comissões da Seccional pernambucana da OAB:

### DIRETORIA

Presidente:

FERNANDO DE VASCONCELOS  
COELHO

Vice-Presidente

PAULO MARCELO  
WANDERLEY RAPOSO

1º Secretário

Jório Valença Cavalcanti

2º Secretário

Maria Rollemberg Barreto Freire

Tesoureiro

Jorge da Costa Pinto Neves

### CONSELHEIROS

Aurélio Agostinho da Boavagem; Carlos Eduardo Vasconcelos; Eduardo Sérgio de Almeida; Everaldo Gaspar Lopes de Andrade; Everaldo da Cunha Luna; Inah Lins de Albuquerque Coimbra; João Pinheiro Lins; Joaquim Bezerra de Medeiros; José Henrique Wanderley Filho; José Paulo Cavalcanti Filho; Luiz Romeu Cavalcanti da Fonte; Mickel Sava Nicoloff; Niete Correia Lima; Nilton Wanderley de Siqueira; Olímpio Costa Júnior; Romualdo Marques Costa; Urbano Vitalino de Melo Filho; Vaudrilo Leal Guerra Curado; Vera Regina de Cravo Barros Della Santa

### Membros Natos

José Cavalcanti Neves; Carlos Martins Moreira; Joaquim Correia de Carvalho Júnior; Octávio de Oliveira Lobo; Dorany de Sá Barreto Sampaio; Hélio Mariano

### Delegados do Conselho Federal

Corintho de Arruda Falcão; Silvío Curado; Dorany de Sá Barreto Sampaio

### COMISSÕES

**Comissão de Seleção e Prerrogativas**  
Niete Correia Lima (Presidente); Vaudrilo Leal Guerra Curado; Olímpio Costa Júnior

**1ª Comissão de Ética e Disciplina**  
Aurélio Agostinho da Boavagem (Presidente); Vera Regina de Cravo Barros Della Santa; Eduardo Sérgio de Almeida

**2ª Comissão de Ética e Disciplina**  
Mickel Sava Nicoloff (Presidente); Inah Lins de Albuquerque Coimbra; Everaldo Gaspar Lopes de Andrade

**Comissão de Defesa e Assistência**  
Nilton Wanderley de Siqueira (Presidente); Joaquim Bezerra de Medeiros; Carlos Eduardo Vasconcelos

**Comissão de Exercício Legal**  
João Pinheiro Lins (Presidente); Urbano Vitalino de Melo Filho; José Paulo Cavalcanti Filho



Joaquim Correia



Octávio Lobo



Dorany Sampaio



Hélio Mariano





# Hélio Mariano destaca o papel da OAB

DISCURSO DE TRANSMISSÃO DO CARGO  
DE PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO  
BRASIL — SECÇÃO DE PERNAMBUCO —  
NO DIA 1º DE FEVEREIRO DE 1985

Hélio Mariano

Há dois anos, assumíamos a Presidência do Conselho Seccional de Pernambuco da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, para o biênio 1983/1985. Não pretendemos nesta ocasião relacionar as atividades desenvolvidas ao longo desses dois anos, quer a nível da Diretoria, quer a nível do Conselho, porque basicamente os trabalhos da gestão se encontram consignados nas atas das reuniões do Colegiado, nos arquivos, cadernos e no jornal da OAB e em relatórios da Diretoria. A imprensa local registrou as principais realizações administrativas de nossa gestão e algumas delas alcançaram repercussão em jornais de outros Estados.

Essas são as fontes indicativas do trabalho da ORDEM nesses dois anos, para o qual contamos com a participação de advogados, conselheiros e não conselheiros, de professores, cientistas sociais, estudantes de Direito e funcionários da Casa. O acervo da administração reflete o esforço daqueles que se propuseram a servir à classe.

Honrou-nos exercer a Presidência desta nobre Entidade pela alta relevância de seu papel na sociedade civil ao lado de outras instituições nacionais e pela oportunidade de colaborar com a classe dos advogados e de participar de um elevado trabalho como é o da OAB em todo o País. Pudemos sentir mais proximamente o significado maior de sua atuação em defesa da comunidade nacional, contribuindo para o asseguramento das liberdades civis e políticas, no exato cumprimento dos deveres estatutários. Vivenciamos de forma mais aprofundada as questões nacionais em meio das quais avultam as do Nordeste, cuja Região por lhe faltar uma vontade política continua esmagada sob o peso da impropriedade de sua estrutura, o que faz dos nordestinos, no dizer preciso de CELSO FURTADO, uma "reserva de caça para aventureiros políticos". E testemunhamos mais intimamente, numa contumácia quotidiana, a movimentação da sociedade civil em busca de um caminho que conduza a Nação ao encontro da prática democrática e de um Estado em que as legítimas causas do povo constituíssem a grande vocação de seus representantes.

Afora a experiência que nos foi trazida no plano político-institucional, pudemos igualmente sentir de modo mais agudo os problemas que afetam a Justiça local e os daqueles que vivem profissionalmente como seus auxiliares, dentre os quais, os advogados. Se a Justiça vai mal, como efetivamente vai muito mal,

os advogados não podem, funcionalmente, ir bem, até porque da regularidade da prestação jurisdicional depende a sua eficiente atuação.

Os problemas em causa são largamente conhecidos, não cabendo, portanto, repisá-los. Deve-se, porém, ressaltar que esta Seccional apresentou, após exaustivo exame da Comissão presidida pelo eminente conselheiro JOAQUIM CORREIA DE CARVALHO JÚNIOR, relatório sobre as deficiências dos serviços judiciais, no qual foram propostas medidas de natureza administrativa visando a obter um razoável melhoramento desses mesmos serviços. Conquanto tenha sido dada ampla divulgação aos trabalhos, a OAB não logrou das autoridades competentes a menor providência a respeito. A adoção de medidas administrativas sugeridas no citado relatório objetivando atenuar a gravidade do Judiciário de Pernambuco e coibir a falta de exatidão de alguns no cumprimento do seu dever funcional, poderia não vir a produzir um eco altissonante, mas teria o reconhecimento por parte de todos aqueles que exercem o trabalho forense dia-a-dia.

Dizíamos nós, na oportunidade de nossa investidura na Presidência desta Entidade, que o Judiciário está a depender de reformas estruturais urgentes, reclamadas, aliás, pelos diversos segmentos da sociedade civil e pelo próprio Poder Judiciário. Essas reformas são indispensáveis para que se faça valer o atributo de independência que deve caracterizar esse Poder, retirando-o do atrofamento em que se encontra.

Todavia, não basta apenas pugnar pela efetiva independência e soberania do Judiciário na esteira das proposições dessas reformas. Aos seus representantes, cabe, antes de tudo, harmonizar a sua digressão discursiva com a ação e esta com aquela. Uma Casa que se propõe a abrigar o Direito e a Justiça não pode cometer nenhuma violência contra a pessoa humana, a exemplo daquela praticada contra as colegas advogadas quando se vêem obstadas de ascender à Magistratura. Neste fim de século, com o pleno asseguramento das potencialidades individuais, é por demais anacrônico e extravagante ater-se a uma ideologia discriminatória em razão da diferença de sexo.

Como já tivemos oportunidade de salientar, muitos dos problemas da Justiça, como os de outras áreas, decorrem de um complexo de causas relativas à própria estruturação do sistema político, econômico, social e jurídico em que ainda vive-

mos, o qual está a demandar mudanças substanciais para que transformações menores venham a ser alcançadas. É a própria organização econômica, social, política e jurídica que está incompatível com as necessidades do povo, comprometendo as instituições, atingindo os autênticos princípios de vida social harmônica, gerando a incerteza dos mais fundamentais direitos. Em consequência, os ideais de Justiça, de Liberdade e de Igualdade têm um sentido apenas formal e sua inadequação prática é, em última análise, o resultado da desigualdade existente na distribuição do conjunto de direitos e obrigações entre os indivíduos.

Não desconhecemos que o desajuste orgânico do Brasil provém de épocas que antecederam o sistema autoritário dos últimos vinte anos. No entanto, estamos certos de que no curso desse obscuro período que fraudou e reprimiu o povo brasileiro, houve um considerável agravamento dos grandes problemas do País, tornando recrudescidos os desequilíbrios e tensões sociais.

Entretanto, com o despontar de um novo tempo, é chegado o momento de assistirmos à derrocada deste regime que deixou marcas indeléveis na História da República. A caminhada foi longa e dolorosa em meio da qual muitos baquearam atropelados pela intolerância e pela brutalidade do sistema. O povo brasileiro, contudo, demonstrando correta percepção dos fatos políticos acolheu com manifestações de contentamento o projeto democrático do Presidente eleito em 15 de janeiro último, malgrado a sentida frustração pelo não exercício do direito de escolher, por via direta, o mandatário maior do país. Esse projeto político busca, na essência, a legitimidade do Poder, de há muito pretendida pela Nação brasileira. Nele se procura aliar a democracia política à social, com a necessária sustentação do povo, sendo as suas proposições maiores a Assembleia Nacional Constituinte e as eleições diretas.

A verticalidade que deve presidir a vida política de um povo sofre, às vezes, seus inevitáveis desvios. Por isso, "com a consciência crítica das oportunidades perdidas", tornou-se perfeitamente compreensível e aceitável a participação no Colégio Eleitoral, instrumento ilegítimo e espúrio do sistema político-militar, posto que nas atuais circunstâncias, essa participação constituía o antídoto eficaz de exterminação do mal comum para a retomada da liberdade.

A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, ao lado de outras entidades civis e religiosas, teve um lu-

gar destacado na grande jornada democrática contra o regime autoritário. Os que nos precederam souberam, nos momentos mais difíceis, com altivez e competência, dignificá-la, dotando-a da honorabilidade própria como defensora rigorosa que é das liberdades públicas. Se ontem, a OAB, sensível às exigências da sociedade civil, difundiu um sentimento de reorganização e de reconstrução da ordem democrática, repelindo com denodo aqueles que violentavam a liberdade e a democracia, a ela caberá a partir de agora ser um dos grandes elementos de fecundação da anunciada Nova República na elaboração de uma ordem política e jurídica voltada para os superiores interesses do povo. A fonte imediata dessa nova ordem será, por excelência, a Assembleia Nacional Constituinte.

Aos nossos sucessores cumpre respeitar e preservar o itinerário perseguido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, projetando-a sempre apartada das corporações partidárias, em consonância com os fins estatutariamente estabelecidos, quais sejam, o de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições jurídicas e políticas e o de defender, selecionar e disciplinar a classe dos advogados.

Com essas reflexões finais sobre os limites da competência da OAB — damos por concluída a nossa gestão, manifestando sincero reconhecimento a todos os colegas que integraram o Conselho eleito para o biênio que hoje se encerra e ao corpo de funcionários, pela colaboração prestada. Agradecemos, ainda, a todos os advogados que apoiaram a indicação do nosso nome para a Presidência desta Seccional, incluindo aqueles que acolhendo chamamento desenvolveram inestimáveis trabalhos na Ordem dos advogados. A Diretoria hoje eleita, sob o comando de FERNANDO DE VASCONCELOS COELHO e PAULO MARCELO WANDERLEY RAPOSO, desejamos uma profícua administração e apresentamos boas-vindas aos novos conselheiros.

Esta solenidade se nos apresenta marcada pelo sabor das reminiscências, conduzindo-nos aos anos cinquenta na Faculdade de Direito do Recife, onde FERNANDO COELHO se mostrava como um dos mais brilhantes colegas de turma. Desde aquela época, sempre demonstrou acentuada formação humanística aliada a um apreciável espírito público. Por isso, é com grande satisfação que ao antigo companheiro de vida universitária, transmitimos a Presidência da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — SECÇÃO DE PERNAMBUCO.

Muito Obrigado.

# A palavra do novo Presidente

Que as minhas primeiras palavras, em nome do Conselho Seccional e como novo presidente da OAB, sejam de agradecimento aos colegas que nos elegeram por expressiva maioria, assegurada em todas as urnas da Capital e de todas as Subseções do Interior. De gratidão aos advogados pernambucanos, aos quais pertence esta Casa e que desejaria abraçar pessoalmente um a um nesta hora. De reconhecimento àqueles que nos confiaram o encargo mais honroso a que pode aspirar um advogado — dirigir esta Corporação — e de homenagem ao Presidente Hélio Mariano e a todos que, sob seu comando sereno e firme, deram continuação com exemplar seriedade ao trabalho das administrações anteriores, abrindo ao mesmo tempo caminhos novos na vida da Instituição. O zelo, o desprendimento e a independência com que se conduziram nossos antecessores, construindo em mais de cinco décadas um patrimônio vivo de que todos nos orgulhamos, hão de constituir a permanente inspiração no cumprimento da tarefa que, a partir de agora, nos cabe desempenhar. A todos os advogados pernambucanos, sem qualquer distinção e independentemente das posições assumidas no recente episódio eleitoral — inclusive aqueles que, numa competição leal e democrática, contribuíram para dar maior significado ao julgamento a que nos submetemos — convocamos para o trabalho comum em torno da valorização profissional da nossa classe e do fortalecimento da OAB.

Volto a esta Casa — cujo Conselho já integrei em vários biênios — com a visão mais ampla da realidade brasileira, que o exercício do mandato parlamentar em duas legislaturas me proporcionou. Não posso, por isso mesmo, dissociar hoje os problemas dos advogados dos problemas enfrentados tanto pelos demais profissionais liberais como por outros trabalhadores, vítimas todos eles, em maior ou menor grau, de estruturas injustas que privilegiam o capital em detrimento do trabalho, reduzindo o homem a mera categoria econômica, sem qualquer respeito à dignidade de sua natureza.

Percorri nestes últimos anos muitos caminhos e presenciei, por este país afora, o que muitos temiam ainda em não querer ver. Ouvi, na periferia das cidades e no campo, o clamor dos deserdados da Justiça, condenados a uma vida subhumana e que não contam em seu favor, na prática, sequer com a proteção legalmente assegurada aos animais. Teoricamente cidadãos, computados como tais nas estatísticas, mas aos quais são negados os mais elementares direitos de cidadania.

Estive no sertão onde morram de fome, nos últimos cinco anos de seca — em um "genocídio de proporções desconhecidas", como definiram os Bispos do Ceará — cerca de dez milhões de brasileiros. Quase que com a absoluta indiferença dos seus contemporâneos, chamados a ver mais o drama também trágico dos etíopes, que o seu próprio. Vi no litoral famílias inteiras confinadas como em campo de concentração, cercados por jagunços armados a serviço dos poderosos locais, que tentavam forçá-las a abandonar a terra que possuíam e trabalhavam há muitas gerações.

Escutei o depoimento de índios, caçados ainda hoje pelos que disputam suas reservas, como se nada houvesse mudado, desde os tempos da colonização, além do emprego de meios mais sofisticados na tecnologia de matar. Em alguns momentos, tão crua a paisagem, cheguei a questionar, como Rilke, se não "é demais ter dois olhos".

Mas de tudo que vi e ouvi — de todo esse drama que se passa ao nosso redor e que se constitui no cotidiano de milhões de brasileiros, vítimas do desemprego, da fome, da miséria e da doença — aprendi e trago hoje, como experiência de vida, para a presidência da Ordem, a convicção renovada de que o advogado, mais que qualquer outro profissional, pelo seu compromisso com a Justiça, não pode esgotar a sua atuação na defesa dos interesses individuais que patrocinam, sem a dimensão do social que dá o caráter de serviço público ao seu ministério privado, na forma textualmente reconhecida pelo próprio Estatuto.

Aceitei ser candidato à presidência da Ordem por um dever de responsabilidade social. Como ao longo da minha vida, em diferentes funções exercidas, pelas obrigações que tenho com a comunidade a que pertencem. Por entender que, como homem, como cristão e como advogado, não disponho do direito de me confinar no enfrentamento de meus problemas particulares, esquecendo o que se passa à minha volta e em relação ao que, como todos nós, na medida do que tenhamos feito ou deixado de fazer, seremos um dia chamados a prestar contas. Com essa visão presideirei esta entidade, procurando manter acesa a luta em que ela sempre esteve empenhada, na defesa da legalidade

democrática, dos direitos humanos e pelo aperfeiçoamento das instituições jurídicas.

Vivo hoje, como a grande maioria dos brasileiros a esperança do advento de um tempo novo. Acompanhei, como quase todo o povo, do norte ao sul do país, a votação do dia 15 no Colégio Eleitoral. Lembrei, como tantos, episódios que se multiplicaram nestes vinte anos de obscurantismo. O papel que a Ordem desempenhou na resistência democrática. O sacrifício, entre muitos, de dona Lyda Monteiro da Silva — Secretária do Conselho Federal e vítima indefesa da brutalidade terrorista. Cheguei quase a esquecer que queríamos e tínhamos direito a participar mais ativamente da transição conquistada pela sociedade, através de eleições diretas. Mas não tenho dúvida de que a luta institucional não está terminada e de que, nela, a Ordem tem ainda um importante papel a cumprir, até a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, com todos os pressupostos que a legitimam, a partir da revogação do entulho legislativo ainda vigente, que compromete a verdade eleitoral, impede a organização do povo, proíbe a participação no processo político a milhões de brasileiros, inclusive os analfabetos, torna decisiva a influência do poder econômico e cerceia a livre manifestação de pensamento. Não são poucos os que se empenham, já de agora, em esvaziar a Constituinte, sustentando sob os mais variados argumentos e pretextos, a conveniência de que seja outorgada ao atual Congresso — integrado até por senadores bionicos — a tarefa que a sociedade exige seja assumida por uma Assembleia soberana, eleita livremente para esse fim e, como tal, efetivamente representativa do povo brasileiro. Daí porque, nesse campo, a Ordem tem muito ainda a fazer, participando da mobilização da sociedade, que há de consolidar a redemocratização do País, como o fez nas memoráveis campanhas pela anistia, pela revogação do AI-5 e, mais recentemente, em favor das eleições diretas já. Nesse sentido, agindo articuladamente com o Conselho Federal e com as demais Seções estaduais, e buscando o apoio de quantos se dispõem a participar da luta comum, pretendemos retomar os esforços iniciados por outras gestões, para que não seja retardada por mais tempo, a convocação da Constituinte ou fraudada essa conquista indispensável para o reencontro do Estado com a Nação, sob o império de uma ordem jurídica efetivamente democrática.

Ainda numa área em que a OAB firmou sua incontestável liderança, ampliaremos a luta em defesa dos direitos humanos, instalando, como foi feito em Palmares, Sub-Comissões em todas as Subseções de Pernambuco, e procurando intensificar a colaboração com outras entidades que atuam com idêntico objetivo, a exemplo da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese

de Olinda e Recife. A superação do período de repressão política impõe, também, sejam seqüenciadas as conclusões do estudo elaborado na administração anterior sobre as deficiências e distorções do Sistema Penitenciário do Estado, através de uma ação eficaz com vistas à situação dos presos comuns e de outras vítimas de violações que se repetem, sobretudo da violência institucionalizada, cujas causas estruturais urge remover.

Entendo da maior importância, e será esta uma das principais preocupações da nova Diretoria da Ordem, ampliar sua atuação no sentido da valorização profissional do advogado, quer através da contribuição que estiver ao nosso alcance para a solução de problemas cada dia mais graves, como os males crônicos do precário funcionamento dos serviços forenses, quer na defesa das prerrogativas do advogado contra atos de abuso de poder, cada vez mais frequentes na área policial e até do Judiciário, quer, ainda, através dos serviços da Caixa de Assistência que, criada em 1984, será instalada e funcionará a partir deste ano. O Estado não pode continuar falhando, como tem falhado de forma mais aguda nos últimos tempos, na prestação jurisdicional que lhe incumbe e a que a sociedade tem direito. Se os advogados, no exercício de sua atividade profissional, obrigados ao contacto diário com uma máquina que não funciona nem se adaptou às exigências dos tempos modernos, são mais sensíveis e vítimas diretas desse problema, é indiscutível, no entanto, que o dano social dele decorrente, atingindo a todos, atinge sobretudo as camadas de mais reduzido ou de nenhum poder econômico, privadas também desse direito elementar e perante as quais o Poder Público, na maioria das vezes, somente comparece para dar aplicação às normas do Código Penal. Os milhares de processos paralisados na Vara de Assistência Judiciária da Capital, para lembrar apenas um exemplo, retratam com fidelidade essa situação.

Creio, igualmente, que é chegada a hora de estimular o debate sobre o funcionamento da própria OAB — considerado inoportuno na fase mais aguda do autoritarismo, para impedir se repetisse o que ocorreu com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, descaracterizado por uma manobra oficial durante a votação de um projeto de lei que visava aperfeiçoá-lo.

Sou dos que entendem que a estrutura fechada da Ordem não se compatibiliza com o número cada vez maior de advogados inscritos no seu quadro, não permite a participação pela qual anseia e à que tem direito a maioria, nem corresponde ao próprio momento de abertura democrática que estamos vivendo. Sobre o tema quero ouvir todos os interessados, para encaminhar oportunamente ao Conselho



## (Continuação da Pág. 7)

Federal as sugestões que forem apresentadas e que possam informar os trabalhos legislativos do Congresso, visando à modificação do Estatuto.

O advogado, hoje, na verdade, deixou de ser o profissional liberal de antigamente, para enfrentar todos os problemas do assalariado, que não pode deixar de merecer proteção especial na sua relação de emprego. Daí porque, entre outras medidas, lutaremos pela aprovação do salário mínimo profissional, nos termos do projeto de lei que tivemos oportunidade de apresentar ao Congresso Nacional na legislatura anterior e retomado, nesta, pelo Deputado José Frejat. Lutaremos também pela justa remuneração dos advogados que atuam no serviço público, na maioria percebendo vencimentos ou salários sem qualquer correspondência com a importância e as responsabilidades das tarefas que desempenham. Da mesma forma, pela repercussão social da medida e pela legitimidade desse pleito, insistiremos na campanha por uma nova definição dos atos privativos dos advogados, para eliminar a concorrência de leigos na prática de atividades que exigem formação técnico-jurídica especializada, resguardando a defesa eficaz dos interesses das partes e o mercado de trabalho da nossa classe.

Todos esses problemas e o encaminhamento de suas soluções serão objeto de amplo debate, que pretendemos institucionalizar através de reuniões periódicas abertas a todos os advogados.

Consideramos também fundamental e procuraremos intensificar o intercâmbio e a colaboração com as Subseções do interior, na mesma linha do que foi feito sobretudo durante a gestão do Presidente Hélio Mariano, sob a Coordenação do Conselheiro e novo 1º Secretário, Jório Valença.

Afirmamos, durante a campanha que nossos objetivos principais seriam a participação maior do advogado na vida da Ordem e a maior integração desta na vida da comunidade. Para tanto atuaremos também através de uma estrutura informal, de tantos Departamentos e Comissões quantos necessários, segundo experiência já incluída em gestões anteriores e vivida com igual êxito em outros Estados. Acreditamos que os advogados podem dar uma colaboração mais intensa na solução dos graves problemas sociais enfrentados pela comunidade e nos propomos, nos limites da lei, a fazer da OAB, cada vez mais, um instrumento eficaz dessa atuação.

Dissemos, mais de uma vez, que nos propunhamos a um trabalho de continuidade e renovação. De mudança, sem ruptura com o passado. Não serão poucas as dificuldades que teremos de enfrentar. Repito, todavia, que iremos desenvolvê-lo, porque esta é a nossa determinação e os que nos antecederam na direção da OAB, criaram condições para esse avanço. Do apoio da Diretoria, do Conselho Seccional e dos advogados pernambucanos, da Capital e do interior, dependerá o êxito dos nossos esforços. Todos se considerem convocados para essa tarefa.

## Biblioteca da Ordem faz Balanço de 1984

O Jornal do Advogado apresenta a estatística completa da Biblioteca da Ordem, com os trabalhos desenvolvidos durante o ano de 1984

### CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Pesquisas realizadas	31
Fichas preparadas: principais	245
secundárias	595
de cabeçalho de assunto	54
de títulos de periódicos	1
catálogo legislativo	539
Fichas inseridas nos diversos catálogos	1.439
Fichas remetidas:	
Catálogo Coletivo Regional de Livros	253
Catálogo Coletivo Regional de Periódicos	—
Catálogo Coletivo Nacional de Livros	—

### EMPRÉSTIMO E REFERÊNCIA

Leitores inscritos	88
Empréstimo: de livros, folhetos	639
Renovação de empréstimo	130
Pedido de Devolução	450
Empréstimo entre bibliotecas: atendidos	6
solicitados	33

Classificação de livros	
de folhetos	116
de artigos de periódicos	143
Consultas: livros, folhetos e periódicos	8.766

### EMPRÉSTIMO E REFERÊNCIA

Gravação de número de chamada	112
Frequência	3.669
Bibliografias compiladas	5
Bibliografias pesquisadas	5
Orientação sobre o uso da biblioteca	24
Informações aos leitores	43
Informações aos leitores	234
Visitas	9
Cópias xerox interna	859
Cópias xerox externa	3.738
Cópias xerox p/Entidades	39

Horário de funcionamento da biblioteca: 13 às 18 horas

### AQUISIÇÃO E INTERCÂMBIO

Registro: Livros	227
folhetos	43
periódicos encadernados	—
periódicos avulsos em Kardex	416
Publicações recebidas por doação	161
Publicações distribuídas por doação	436
Publicações recebidas por intercâmbio	269
Publicações distribuídas por intercâmbio	2.252
Ofícios expedidos	41
Fichas de permuta	40

### CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

Catálogo: livros	—
folhetos	116
Fichas bibliográficas	143

## Fronteiras da legalidade debatidas em Coimbra

A exemplo do que aconteceu em anos anteriores, será realizada no período de 31 de março a 2 de abril, em Coimbra, Portugal, a 4ª Conferência Europeia de Estudos Críticos do Direito. O encontro, que é uma promoção da Universidade de Coimbra, terá este ano como tema "As Novas Fronteiras da Legalidade" e os interessados devem procurar a Seccional da OAB/PE, onde poderão receber maiores informações.

Segundo os promotores do evento, a escolha do tema é das mais oportunas e abrangentes pois não se limita à crescente penetração do direito estatal nas relações sociais, mas integra, também, o desenvolvimento da juricidade no interior das ordens e regimes não estatais. Em documento enviado a esta Seccional, eles explicam: "Este avanço ostensivo do direito e da juricidade envolve, efetivamente, um aumento de dependência não só social relativamente ao direito estatal, mas também do próprio direito estatal relativamente às ordens e regimes situados 'fora' do Estado. E, muito especialmente, esta dependência do direito estatal relativamente às ordens externas por ajudar a estabelecer os limites das 'fronteiras' entre o direito estatal e legalidade".

A questão principal — continua o documento — consiste em saber se o Estado é ainda (se é que alguma vez o foi) o centro da legalidade (monopólio da violência legítima), tal a teoria liberal pretendia. E finaliza: "Novas legalidade e ilegalidade têm vindo a emergir acima e abaixo do Estado, as quais são conceptualizadas de modo inadequado pelas nossas teorias".